

História Diversa

Danila Barbosa de Castilho
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho

(Organizadora)

História Diversa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H673 História diversa [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-054-4

DOI 10.22533/at.ed.544192201

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Filosofia. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A história preocupa-se com o estudo do homem no tempo. O tempo é compreendido como algo complexo, não linear e os documentos produzidos no passado são vestígios que podem ser interpretados sob diferentes perspectivas.

O conhecimento histórico é construído num processo constante de reflexão com os autores, as fontes e as relações sociais. Essa construção torna-se uma tarefa atenta aos contextos e com rigor quando o pesquisador problematiza suas fontes.

Neste processo de construção o passado é lido a partir do presente utilizando fontes – que podem ser escritas, orais, fotográficas, entre outras – e em diálogo com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a teologia, a antropologia e etc.

Essa diversidade de fontes, temas e diálogos estão presentes nos textos apresentados nesta coletânea. Diferente das ciências exatas a história está sempre em busca dos porquês.

Ao encontrar uma possível resposta o historiador pode modificar análises feitas anteriormente e provocar novas investigações sob outros pontos de vista. Assim espera-se que esta obra possa, além de divulgar textos recentes, estimular novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE	
Maralice Maschio	
DOI 10.22533/at.ed.5441922011	
CAPÍTULO 2	20
SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA <i>CASA GRANDE & SENZALA</i>	
Lidiana Gonçalves Godoy Zanati Ricardo Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5441922012	
CAPÍTULO 3	27
<i>PONTIFEX MAXIMUS</i> E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
DOI 10.22533/at.ed.5441922013	
CAPÍTULO 4	43
SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS	
Priscila de Andrade Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5441922014	
CAPÍTULO 5	55
A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960	
Olívia Candeia Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5441922015	
CAPÍTULO 6	67
A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.5441922016	
CAPÍTULO 7	75
A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA	
Douglas Pastrello	
DOI 10.22533/at.ed.5441922017	
CAPÍTULO 8	86
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	
Mayra Coan Lago	
DOI 10.22533/at.ed.5441922018	

CAPÍTULO 9	102
COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.5441922019	
CAPÍTULO 10	119
FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.54419220110	
CAPÍTULO 11	128
O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)	
Cristiane Medianeira Ávila Dias	
DOI 10.22533/at.ed.54419220111	
CAPÍTULO 12	141
CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES	
Márcia Regina Bierhals	
Nóris Beatriz Costa Ney	
DOI 10.22533/at.ed.54419220112	
CAPÍTULO 13	149
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA	
Valtuir Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220113	
CAPÍTULO 14	161
O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristina Aparecida de Carvalho	
Michelle Castro Lima	
Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.54419220114	
CAPÍTULO 15	175
O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES	
Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.54419220115	
CAPÍTULO 16	182
UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO	
Augusto José Savedra Lima	
Nilton Paulo Ponciano	
Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.54419220116	

CAPÍTULO 17	190
MULHERES <i>QUEER</i> : CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS	
Edson Sucena Junior	
DOI 10.22533/at.ed.54419220117	
CAPÍTULO 18	202
“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESSENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Talita Gonçalves Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.54419220118	
CAPÍTULO 19	213
A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220119	
CAPÍTULO 20	229
A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM <i>MARU</i> DE BESSIE HEAD	
Valdirene Baminger Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.54419220120	
CAPÍTULO 21	241
AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)	
Karla Leandro Rascke	
DOI 10.22533/at.ed.54419220121	
CAPÍTULO 22	256
ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO	
Pedro Pio Fontineles Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54419220122	
SOBRE A ORGANIZADORA	268

FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

Pere Petit

Professor Associado, Faculdade de História da
Universidade Federal do Pará

“La historia no es tan sólo interrelación de tiempos, sino también de espacios” (Pierre Vilar)

RESUMO: Neste texto apresento alguns dos objetivos, resultados e recursos metodológicos que alimentaram parte da minha produção científica, orientação de alunos e muitas das disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Pará, especialmente a respeito dos estudos de História Regional e História Local, Análise do Discurso e Fontes Oraís, sendo consciente que cada historiador - como também os outros cientistas sociais -, examina a suas práticas a partir do seu próprio campo de trabalho e da sua história de vida e, portanto, da sua trajetória no campo científico-acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: História do Tempo Presente; História Regional; História da Amazônia; História Oral.

ABSTRACT: In this text I present some of the objectives, results and methodological resources that fed part of my scientific production, orientation of students and many

of the disciplines taught in undergraduate and postgraduate courses at the Federal University of Pará, especially regarding the studies of Regional History and Local History, Discourse Analysis and Oral Sources, being aware that each historian - as well as other social scientists - examines their practices from their own field of work and their life history and, therefore, from their trajectory in the scientific-academic field

KEYWORDS: History of Present Time; Regional History; History of the Amazon; Oral History.

1 | INTRODUÇÃO

Além das “viagens” aos tempos da *Belle-Époque belemense* com o intuito de examinar a produção cinematográfica e influência política e cultural dos pioneiros do cinema mudo em Belém, a maior parte das minhas pesquisas, artigos e livros publicados, abordam temas inseridos no território político-administrativo do Estado do Pará e no recorte do tempo histórico que denominamos História do Tempo Presente, sobretudo a respeito das mudanças sociais, econômicas e políticas na Amazônia brasileira e no estado do Pará.

A dissertação de mestrado em História da América Contemporânea (Universidade Central da Venezuela-UCV), teve como principal objetivo analisar a atuação política dos setores

progressistas da Igreja Católica, movimentos sociais, sindicatos e organizações ou partidos de esquerda e a participação de alguns dos seus membros na formação e trajetória do Partido dos Trabalhadores no Pará¹.

Na tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), intitulada *Território, Política & Economia: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*², aprofundi o conhecimento do cenário político no Pará durante a ditadura militar (1964-1985) e nos primeiros anos da Nova República, dando prioridade ao estudo dos discursos e ações das principais lideranças políticas paraenses, especialmente as que assumiram responsabilidades de governo, e às mudanças socioeconômicas ocorridas na Amazônia brasileira a partir da década de 1960, influenciadas, em grande medida, pela intervenção de diferentes instituições da Administração Federal e pelo interesse nas riquezas da floresta e do subsolo da região por parte de grupos econômicos brasileiros e internacionais. Tentando fugir dos determinismos analíticos, fossem geográfico-climáticos, economicistas ou politicistas, examinei os fenômenos políticos e econômicos não como planos ou sistemas autônomos, mas como elementos de uma totalidade social que deveria ser desvendada e como os chamados *fatos* econômicos e os políticos se inter-relacionavam no decorrer histórico; isto é, no contexto geral no qual diferentes escolhas e ações foram realizadas, ainda que não fosse tarefa simples analisar quando mudanças na estrutura econômica são fundamentais para poder interpretar determinadas práticas políticas e quando acontecimentos políticos, sobretudo nos momentos conjunturais, convertem-se no fator-chave para a compreensão da situação histórica.

Uma das consequências do modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia pela cúpula das Forças Armadas e pelos tecnocratas das diferentes instituições da Administração Federal durante a ditadura militar, foi o enfraquecimento do poder político e da capacidade econômico-administrativa dos governos estaduais e prefeituras da região, os quais exerceram escassa influência na sua efetivação e, no máximo, atuaram como meros atores coadjuvantes. Esse enfraquecimento foi favorecido pelas mudanças políticas ocorridas nesse período no país que influíram decisivamente o próprio cenário político paraense, sobretudo ao assumirem, a partir de junho de 1964 até março de 1971, o cargo de governador do Pará dois militares que tiveram destacada participação na organização do golpe de Estado que afastaria João Goulart da presidência da República: Jarbas Passarinho e Alacid Nunes. Ambos, disputando entre si o controle do *partido no poder* (Arena), converteram-se, até início dos anos 1980, nas principais lideranças políticas do Pará e preocuparam-se, em sua ação de governo, mais propriamente em implementar as diretrizes da “Revolução”, que em favorecer os interesses dos diferentes grupos ou classes sociais paraenses.

1 A dissertação foi publicada em 1996 pela editora Boitempo (São Paulo) com o título de *A Esperança Equilibrada: A Trajetória do PT no Pará*.

2 A tese foi publicada em 2003 pela editora Paka-Tatu com o título *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*.

O quarto e último capítulo da tese de doutorado foi orientado a avaliar os *discursos* — interpretados como práticas sociais — de governadores e outros membros da elite política local, empresários, intelectuais e outros atores sociais paraenses que exerceram notável influência na construção de diferentes *discursos regionalistas* no Pará, fossem *pró-amazônidas* ou, segundo momento e circunstâncias, *pró-paraenses*, principalmente os dirigidos a avaliar, defender, criticar ou propor alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico implementado na Amazônia durante a vigência da ditadura militar. Prática intelectual, mas também política, que alimentou os discursos das lideranças políticas paraenses, ainda que muitas vezes, ao assumirem responsabilidades de governo, suas ações e as dos técnicos que as elaboraram e orientaram sua aplicação fossem contraditórias com as suas palavras feitas públicas.

Os discursos regionalistas-amazônicos podem ser compreendidos a partir de diferenciados prismas, seja a partir de uma perspectiva socioeconômica, “situação de classe” (classes dominantes, classes médias, classes trabalhadoras), e abordagens “ideológico-políticas”, tais como, “direita” e “esquerda”. Podemos, ainda, unificar ambas as classificações (classe/ideologia) para distinguir, por exemplo, entre “regionalismo conservador” e “regionalismo progressista”, para diferenciar, as perspectivas do lugar social, dos interesses atinentes aos discursos regionalistas-amazônicos, quanto ao modelo de desenvolvimento econômico e intervenção estatal implementado na Amazônia pelo governo federal durante o regime militar.

2 | ESTUDOS DE HISTÓRIA REGIONAL

Dois capítulos da dissertação de mestrado foram destinados aos municípios paraenses de Santarém e Gurupá e um dos capítulos da tese de doutorado a Marabá, um dos municípios que vivencio, a partir dos anos 1970, radicais mudanças demográficas, ecológico-ambientais e socioeconômicas. Entre essas mudanças destacamos aquelas decorrentes da descoberta das jazidas minerais na Serra dos Carajás, a chegada de milhares de camponeses de outros estados do país, principalmente do Nordeste, e novos fazendeiros que se apropriaram de milhares de hectares de terra em Marabá. Surgiram, assim, novos personagens que disputaram entre si e com as tradicionais famílias oligárquicas - famílias que controlavam, entre outras atividades econômicas, a coleta e a comercialização da castanha -, a distribuição, uso e posse da terra. Fatores muito relevantes para compreender por que Marabá e outros municípios do sudeste do Pará se transformassem, desde início da década de 1980, no cenário do maior número de conflitos agrários e de assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no Brasil.

Ao optar por realizar uma análise mais abrangente das mudanças socioeconômicas e práticas políticas no estado do Pará e em alguns municípios paraenses, objetivei examinar na tese de doutorado a inter-relação entre território, mudanças econômicas e

práticas políticas, tentando, assim, contribuir para os denominados estudos de História Regional e Local, obviamente, sempre restringindo minhas pretensões teóricas e de pesquisa aos temas ao recorte do tempo histórico e territórios político-administrativos enunciados.

Ao ser o Brasil, como fora definido desde a Constituição de 1891, uma Federação de Estados e não de Regiões, são três as estruturas que assumem distintas competências para atuar sobre o território, a União, os Estados e os Municípios, cada uma delas com suas estruturas político-administrativas específicas e divisão de poderes: presidente da República, governo federal, Congresso Nacional; governadores e executivos estaduais; prefeitos e governos municipais, assembleias legislativas, câmaras municipais. O sistema político e eleitoral brasileiro organiza-se também com base nessas divisões, favorecendo, assim, que estados e municípios sejam os principais âmbitos de atuação político-eleitoral dos brasileiros, como eleitores ou candidatos. Portanto, quando defino Marabá ou Belém e o Estado do Pará como territórios político-administrativos, quero destacar que é nessa divisão e não, por exemplo, na Região Norte ou Amazônia Legal, que se mostra com clareza a indiscutível relação entre *território* e *práticas políticas*, isto é, como “espaço legal de ação política de elites, grupos de interesse e classes sociais” (SILVA, 1990: 46).

Os recortes do território que fixam as fronteiras entre países e os limites regionais e divisões político-administrativas internas dos Estados-Nação, têm que ser vistos como construções sociais e não como produto da *Natureza*. Afinal, quem determina que partes são incluídas ou excluídas dos diversos recortes do território, “não é o espaço, mas sim o tempo, a história” (BOURDIEU, 1989: 115). Fronteiras que foram definidas, fixadas, modificadas ou anuladas (leia-se destruídas), resultado – por motivações ou interesses diversos – de disputas políticas ocorridas ao longo do tempo, experiência vivida recentemente em alguns países do Leste Europeu com a criação de novos Estados-Nação e de novas divisões regionais ou provinciais em muitos desses “velhos” ou “novos” países.

Lo local/regional no puede comprenderse sin tomar en cuenta lo nacional/fronterizo y, a la vez, si no se toma en cuenta lo transnacional/global. La puerta de entrada a esta dimensión relacional puede ser cualquiera de los ámbitos, el macro, el micro o un nivel intermedio, pero lo importante es no perder de vista los puntos extremos de la relación, lo que a la vez implica una innovación en la construcción de las fuentes y de los datos (VIALES HURTADO, 2010: 160).

Admitir que não são as características naturais as que determinam os diferentes recortes do território não pressupõe negar que os fatores geográfico-climáticos não exerçam qualquer influência no momento de legitimar ou *fazer real* o que também fora *construído*. Pois, ainda que não sejam elementos geográficos os que nos ajudariam a explicar, por exemplo, as atuais fronteiras do Brasil com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e as Guianas, não podemos desconhecer que na negociação da delimitação dessas ou anteriores fronteiras, desde o Tratado de Tordesilhas, assinado por “Espanha” (leia-se pelos reinos de Castela e Aragão) e

Portugal, em 1494, um dos principais critérios utilizados para sustentar uma ou outra definição desses limites foram os geográficos.

Não existe “consenso” entre os cientistas sociais no momento de definir o que será incluído — ou excluído — nos diferentes recortes do espaço denominados regiões, em decorrência dos diferentes enfoques teóricos e, sobretudo, pelas inúmeras formas de “construir regiões”, segundo sejam utilizados, por exemplo, critérios geográficos, climáticos, culturais, econômicos, demográficos, étnicos ou somadas várias dessas classificações. Advertência pertinente, seja para as diferentes “regiões” inseridas nas fronteiras de cada país, como também para as “regiões” que superam os limites dos Estados-Nação, por exemplo, a denominada Amazônia continental, na qual se incluem territórios de vários países sul-americanos.

As confusões existentes a respeito dos conceitos *espaço*, *região* e *território político-administrativo* são trasladadas ao que pode ser incluído ou excluído dos denominados estudos de História Regional. De fato, existem trabalhos inseridos nessa perspectiva metodológica que tanto se referem a uma macrorregião, ou ao território de um ou vários estados ou às subdivisões regionais no seio deles, por exemplo, as mesorregiões ou microrregiões estabelecidas no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, e ainda que considere de fundamental importância distinguir o que são divisões político-administrativas do território (estados e municípios), com outras diferenciações “oficiais” ou não do espaço, do ponto de vista estritamente metodológico não considero que seja problemático pretender incluir no âmbito dos denominados estudos de *História Regional*, quando for relevante, esse recorte do território, a história de um ou vários estados ou municípios brasileiros.

Existe hoje por parte de alguns pesquisadores uma crescente oposição a definir os seus trabalhos de “história regional”, afirmando que esta divisão corresponde a uma visão dos “pesquisadores do centro” ao classificar de “regionais” os estudos realizados nos “estados periféricos”. Contudo, sem desmerecer a importância dessas críticas ao “centralismo historiográfico nacional”, acredito que um dos principais interesses dos trabalhos de História Regional, seja qual for o recorte do espaço ou do território escolhido pelos diferentes autores, é que eles fornecem elementos insubstituíveis para estudos comparativos. Trata-se de comparar aspectos similares entre regiões de um mesmo país ou entre regiões de diferentes países, pois, ainda que possa ser útil estabelecer um “diálogo” entre a historiografia nacional e a regional ou local, isso não pressupõe que seja pertinente comparar uma região com o *todo nacional*. Afinal, uma das principais, ou óbvias, diferenciações entre História Regional (por exemplo, História da Amazônia brasileira ou História do Estado do Pará) e a História Nacional (a História do Brasil, por exemplo), é que esta última tende a ressaltar as semelhanças *do todo nacional*, sendo uma das suas preocupações, explícitas ou implícitas, diferenciar a história de um determinado país da história de outros Estados-Nação.

Nas últimas décadas tem aumentado o número de trabalhos que focalizando as suas pesquisas ao âmbito regional, estadual ou local, com o objetivo de analisar

as suas “singularidades” ou “particularidades”, entretanto, muitas dessas pesquisas não inserem seus objetos de análise na *totalidade* à qual esses territórios estão integrados. Sem desmerecer os resultados alcançados pelos autores que centram seus estudos nessa perspectiva analítica, sobretudo pela sua vontade de evitar que o “nacional” anule a compreensão do “regional” e, portanto, das diferenças entre regiões ou estados do território nacional, não podemos deixar de mencionar que esse tipo de enfoque dificulta a própria compreensão da história regional, estadual ou local. Sem dúvida, é uma história que estuda a região, mas a converte numa espécie de microcosmos que se basta e se auto explica (PESAVENTO, 1990: 70-72), aparecendo, assim, descoladas do processo histórico brasileiro.

Outro problema que pode ser detectado em alguns trabalhos de História Regional e também de História Local, são os estudos que não aprofundam as especificidades das diferentes regiões ou territórios político-administrativos como objeto de pesquisa, tratando-os apenas, como mero reflexo de recortes espaciais mais amplos. O finalismo ou ponto de chegada dessas “histórias regionais” seria a construção do Estado-Nação. Assim, a “História de um determinado Estado ou província repete os acontecimentos da história do Estado brasileiro ou o que se pensa que seja a História do Estado brasileiro, que se irradia dos seus centros de decisão” (SILVEIRA, 1990: 23). Um exemplo paradigmático desse tipo de produção a respeito do Estado do Pará é a obra do historiador Arthur César Ferreira Reis. Citemos, entre os inúmeros trabalhos escritos por ele, nos quais poder-se-ia ver reproduzidas ideias similares, apenas um exemplo extraído do livro intitulado *Síntese da História do Pará*, cuja primeira edição foi publicada em 1942:

O Pará tem uma história rica, farta em lances e episódios que a definem como das mais invulgares na história nacional, pois a contribuição paraense para o processo de criação do Brasil é, realmente, uma contribuição cheia de maior interesse e com aspetos particulares expressivos. Em nenhum momento o Pará esteve ausente no plano da formação nacional [...], participação intensa no quadro dos acontecimentos que significam o Brasil como empresa dos brasileiros” (REIS, 1972: XVII).

Quando me refiro a que os recortes do território são o resultado de escolhas e práticas sociais - como também o são as propostas dirigidas a alterá-las -, isso não pressupõe negar a eficácia simbólica da sua existência real para as pessoas que se consideram parte integrante delas. Como escrevera Pierre Bourdieu: “[...] logo que a questão regional ou nacional é objetivamente posta na realidade social [...], qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui [...] para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (BOURDIEU, 1989: 120).

3 | PRODUZINDO FONTES ORAIS

O nosso posicionamento sobre os debates filosóficos, teóricos e historiográficos, por exemplo, a respeito da pretendida oposição entre os conceitos “sociedade” e

“indivíduo” ou, por outro lado, na inter-relação entre ambos os conceitos, influenciam o desenvolvimento dos nossos estudos com narrativas orais e análise do discurso. A maioria de nós já não tentamos apenas “dar voz aos sem voz”, o que tentamos, em geral, na produção e análise das falas dos nossos entrevistados é compreender as suas visões de mundo, ações, medos, silêncios; pois homens e mulheres fazem a sua história nos seus respectivos tempos de vida, influenciados por uma infinidade de fatores que eles não criaram nos quais eles e elas fizeram a suas opções. Como escrevera Karl Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas” (MARX, 2018). Seguramente todos reconheceremos que não existe uma suposta *totalidade social* situada acima de nós marcando o compasso das nossas vidas. Mas tampouco, nós, nem ninguém, vive “fora do mundo”, fora das suas respectivas sociedades e seus diferentes “mundos culturais” ou identidades. Ao pretender superar as visões religiosas, estruturalistas, funcionalistas, teleológicas e “marxistas vulgares”, nas quais os nossos atores sociais aparecem como meros marionetes de “forças superiores” ou estruturais, também questionamos algumas das perspectivas teórico-históricas, que classificamos “pós-modernas radicais”, nas quais o “indivíduo”, ou indivíduos, são encerrados em suas respectivas “ilhas de pesquisa”.

Los historiadores examinamos un pasado *real* y no uno imaginado (...). Lo que hacemos los historiadores conlleva una opción estética o literaria, que ayuda a organizar la narración, pero la historia es algo más que una rama de las letras que debería ser solo juzgada desde el punto de vista de sus méritos literarios (...); nuestras opciones y decisiones son políticas, sociales y epistemológicas. Reflejan diversas creencias en lo que los historiadores hacemos, en lo que puede conocerse y cómo puede conocerse. Los relatos sobre el pasado siempre estarán cambiando, pero los historiadores tenemos que intentar contar las historias de la forma más completa y real que sea posible. Algún tipo de verdad sobre el pasado es posible, aunque nunca sea la verdad absoluta, y por eso merece la pena luchar por descubrirla (CASANOVA, 2009).

Poucos historiadores e cientistas sociais se atrevem hoje, pelo menos em espaços públicos - orais ou escritos -, a questionar a importância das nossas pesquisas desenvolvidas com ajuda das palavras dos nossos entrevistados. Mais uma constatação, portanto, de que vencemos muitas das resistências teórico-metodológicas que questionavam a *subjetividade* e, portanto, a falta de “cientificidade”, das narrativas orais como fonte de estudo, comparativamente à suposta *objetividade* dos documentos escritos. Fundamental para esse resultado foram os seminários, simpósios, minicursos e, sobretudo, os encontros nacionais, regionais e locais de História Oral realizados desde inícios da década de 1990 e a crescente participação de pesquisadores brasileiros nos encontros internacionais. O aumento do interesse pela produção e uso das narrativas orais foi progressivamente assumida por muitos pesquisadores e até estimulada por universidades e centros de estudo. Importante destacar também os debates teórico-conceituais sobre História/Memória ou Memória/

História e as reflexões metodológicas e a respeito das técnicas de pesquisa destinadas a produzir fontes orais.

A maioria das minhas pesquisas e também as dos meus orientandos foram alimentadas numa espécie de “diálogo comparativo” entre as fontes secundárias (livros, artigos), as fontes primárias (documentais, hemerográficas) e fontes orais. Além do cruzamento com outras fontes, não podemos esquecer, como afirma Alessandro Portelli, que fazer História Oral é colocar a “oralidade no centro” da pesquisa e não apenas como mais uma fonte de pesquisa:

No quiere decir que no podíamos utilizar archivos, periódicos y la historiografía, pero había historiadores en Italia que decían que no se pueden utilizar fuentes orales cuando existen otras fuentes. La primera fuente de información que yo tengo sobre una historia, un acontecimiento, es la fuente oral y después voy a usar las fuentes de archivo y las utilizo todas, pero la forma, la organización del relato que voy a escribir se basa en las fuentes orales y las fuentes escritas integran, dialogan. A mí me encanta también la distancia cultural de ese nivel lingüístico, el lenguaje burocrático de las instituciones y el lenguaje vivo de la gente común y a veces uso los dos para mostrar este conflicto cultural implícito en el lenguaje.³

Um dos problemas que enfrentamos os pesquisadores que estudamos momentos históricos muito próximos aos nossos dias, sobretudo os que analisamos a ação política dos indivíduos, especialmente das elites políticas, é o fato de que boa parte dos nossos atores continuam ativos, em maior ou menor grau, no cenário político. É compreensível, portanto, que o estudo das práticas políticas baseadas em fontes orais e não poucas vezes também os trabalhos inseridos na perspectiva metodológica da análise do discurso tenham sido questionados quanto à sua pretensa cientificidade/objetividade. Como já mencionei na dissertação de mestrado, algumas das lideranças e militantes políticos entrevistados avaliavam sua participação na *História* como expressão coerente de sua evolução política, enquanto outros faziam uma autocrítica de sua ação política anterior. Em ambos os casos, considerava e, ainda considero, que algumas ou muitas das suas palavras foram direcionadas a tentar justificar as posições políticas assumidas na ocasião do depoimento.

Um dos riscos de pesquisar “tempos do presente” é o uso político que possam fazer das narrativas das nossas entrevistas algumas “pessoas interessadas”. Por exemplo, algumas das cinquenta entrevistas que serviram de material para a minha dissertação de mestrado e para a sua posterior publicação em forma de livro, foram utilizadas por Ramiro Bentes (PDT), candidato à prefeitura de Belém nas eleições municipais de 1996, no último debate eleitoral realizado antes do segundo turno das eleições, com o intuito de mostrar que o candidato do PT, Edmilson Rodrigues, que seria eleito prefeito de Belém, “é e sempre foi um comunista revolucionário”. Outro exemplo, membros da Igreja Católica de Gurupá e o bispo da prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler, exigiram de José Vicente de Paula (Zé Vicente), ex-prefeito de Gurupá durante o regime militar, que se retratasse publicamente das acusações feitas por ele

³ A entrevista com Alessandro Portelli foi realizada por Erinaldo Cavalcanti e Pere Petit durante o X Encontro Regional Norte de História Oral (Manaus, 25-27 de outubro de 2017).

contra o setor progressista da Igreja Católica que foram reproduzidas em *A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará*. As repercussões da publicação desse livro provocaram algumas mudanças na relação pesquisador-pesquisado, especialmente com alguns atores políticos que entrevistei ou tentei entrevistar com a finalidade de concluir a tese de doutorado e também nas pesquisas desenvolvidas posteriormente. Alguns deles não esconderam sua preocupação em que se gravasse a entrevista; outros, entretanto, mostraram não somente grande interesse em ser entrevistados, mas, até, se esforçavam em orientar minhas perguntas e algumas respostas pareciam ser direcionadas aos seus presentes ou futuros eleitores.

Para concluir considero importante destacar que a nossa interação com os entrevistados, além de nos ajudar a desenvolver as nossas pesquisas e a publicação de livros e artigos, influenciaram nossa caminhada na vida e foram de inestimável importância na compreensão das ideias e ações de alguns atores sociais no tempo histórico que denominamos de História do Tempo Presente e História Imediata.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CASANOVA, Julián. Los límites de la objetividad y el desafío posmodernista. In: Carlos FORCADELL ÁLVAREZ (edit.). **Razones de historiador, magisterio y presencia de Juan José Carreras**. Zaragoza: Isac Artes Gráficas, 2009, pp. 323-334.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa: Editora Avante, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatay. História regional e transformação social. In: Marcos A. da SILVA (org.), **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 67-79.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boi Tempo&Naea-Ufpa, 1996.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. **Síntese da História do Pará**. São Paulo: Amada-GRT, 2ª edição 1972.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: Marcos A. da SILVA (org.), **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 43-49.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Região e História: Questão de Método”. In: Marcos A. da SILVA (org.), **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 17-42.

VIALES HURTADO, Ronny J. La región como construcción social, espacial, política, histórica y subjetiva. Hacia un modelo conceptual/relacional de historia regional en América Latina. **Geopolítica(s)**: revista de estudios sobre espacio y poder, vol. 1, nº 1. Madrid, 2010, p. 157- 172.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-054-4

